

Dez Ideias para o tempo que passa

in Portugal em Exame - Edição Especial 2004; Revista Exame - distribuída fins de Maio 2004. Texto assinado por Sónia M. Lourenço.

A autora fez um excelente trabalho de adequação das minhas respostas ao espaço disponível e ao contexto. O facto de se colocar entre [] o que disse e não foi publicado não engloba qualquer crítica.



PENSAR ESTRATEGICAMENTE

Há uma longa polémica se são as estruturas que condicionam as conjunturas ou as conjunturas que constróem as estruturas, expressão do debate sobre correlações sociedade/indivíduo, determinismo/livre-arbítrio ou ainda das problemáticas relacionadas com as teorias da complexidade (teoria das catástrofes, bifurcação, etc.). Provavelmente será inadequada essa dicotomia e teremos que nos concentrar na relação (e não nos termos da relação). Contudo, independentemente da resposta que pudéssemos dar, é indubitável a importância de pensar estrategicamente, a importância do longo prazo, a importância de condicionar as actuações presentes ao que se pretende no futuro, num futuro que exige uma “paciência de chinês” que o ciclo eleitoral e a globalização têm “dificuldade” em aceitar.

LEITURA ECONÓMICA

Cada vez mais me convenço que uma leitura estritamente económica é incapaz de “pôr o dedo na ferida” e de permitir as leituras mais adequadas. As questões antropológicas, as problemáticas sociológicas ou políticas, mesmo as preocupações éticas são elementos muito importantes na análise. Por exemplo, qualquer estratégia de desenvolvimento de Portugal e da UE passa pela compreensão das diferenças culturais da Europa e pelo posicionamento internacional que daí resulte. [Falar a cinco anos de distância pode ser um perigo se não entrarmos em conta com três factores que não são directamente económicos ou directamente portugueses: Invasão do Iraque pelos EUA / Relações Israel-Palestina / Terrorismo.]

A ECONOMIA NÃO OBSERVADA

Como tentarei mostrar num livro que está no prelo, a globalização para existir e reproduzir-se exige a “economia não observada” na terminologia da OCDE. Não é possível hoje tratar da economia oficial sem ter em conta a volumosa “economia subterrânea” (da droga ao armamento, da corrupção aos órgãos humanos, da escravatura aos resíduos perigosos, etc. etc.). Contudo porque somos todos muito bem comportados limitamo-nos a falar a “economia oficial”.

LIGEIOS SINAIS

[Retoma de quê? Da crise? Do crescimento? Claro, admitindo que o “normal” é o crescimento, apesar das diversas fases do ciclo de negócios também o serem, estamos a falar de retoma do crescimento. O Boletim Económico de Dezembro de 2003 do Banco Portugal é “politicamente correcto”. Fala da debilidade da economia mundial, do agravamento

da situação em Portugal por causa das restrições orçamentais, mas acaba por dizer que os sinais de retoma no fim do ano passado aponta para boas perspectivas. A variação da cotação do Euro em relação ao dólar podendo dificultar as exportações, as enormes despesas militares americanas no Afeganistão e no Iraque, e outros factores ainda dariam um panorama mais desastroso.

As suas projecções aí estão: “Após a contracção da actividade económica em 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) português deverá registar em 2004 um crescimento no intervalo de 0 a 1½ por cento (Quadro 1 e Gráfico 1). A recuperação da economia portuguesa deverá ser impulsionada pelo comportamento das exportações, prevendo-se ainda uma variação ligeiramente negativa da procura interna em 2004.” (Boletim Económico do Banco de Portugal, Dez 2003). Com uma variação negativa da Formação Bruta de Capital Fixo, variável estratégica.

O Índice de Produção Industrial do último mês (Fevereiro) publicado pelo INE continua dramático: -4,5% em relação ao mês homólogo de 2003, -0,7% de média nos últimos doze meses, -7,9% e -8,3% nos bens de investimento.]

Segundo os organismos internacionais a economia mundial tenderá a recuperar lentamente. A “área do Euro” acompanha essa evolução embora com taxas de variação do PIB menores (próximas do zero ou positivas).

Porque a economia portuguesa segue a conjuntura da UE (antes da entrada para a UE seguia a Grã-Bretanha) é de prever que haja ainda este ano uma ligeira melhoria em alguns indicadores macro-económicos da economia portuguesa mas: (1) tal não o resultado da política do governo que mais tende a atrasar do que a facilitar a recuperação; (2) a eventual existência de indicadores mais favoráveis não pode fazer esquecer que outros continuarão a apontar para situações gravíssimas; (3) Portugal sai desta crise com piores capacidades para o desenvolvimento futuro; (4) Agrava-se o afastamento de Portugal em relação à média da UE.

ONDE COMEÇA A RETOMA

Dois aspectos aparecem com fortes probabilidades: (1) O investimento, particularmente o investimento em sectores produtivos, continuará a apresentar

grandes debilidades. (2) **A economia portuguesa pode ir melhor, mas os portugueses provavelmente irão pior.**

É uma tal coisa possível? Claro, porque a economia que é privilegiada na globalização, na economia portuguesa, concentrada em um reduzido grupo de capitais oligopolistas, é a do “mundo dos negócios”, da “competitividade conjuntural”, da rendibilidade do capital e não o das condições de vida das populações. Muitas vezes para aqueles melhorarem estes pioram. É o que tem acontecido numa sociedade como a nossa em que nos últimos anos e não apenas nos mais recentes, se têm agravado as desigualdades na distribuição do rendimento, onde o desemprego tem aumentado num contexto de crescente urbanização da população, onde a insegurança e a incerteza atingem vastíssimas camadas da população, onde a fome, a fome absoluta, existe e aumenta.

À VOLTA DA COMPETITIVIDADE

A competitividade construi-se em muitas décadas. Há factores impulsionadores como certos investimentos, certas políticas económicas, certo funcionamento das instituições. Mas o determinante são os factores permissivos: uma população generalizadamente culta, um elevado nível educacional; um posicionamento geo-político-estratégico, uma economia integrada e diversificada (não dualista).

O fascismo deixou-nos uma herança de incultura, falta de educação e uma economia semi-dualista e fortemente dependente em sectores estratégicos. Desde então nada se fez de profundo, continuado e duradouro para combater esta situação. Às vezes antes pelo contrário.

Os baixos salários portugueses ajudam a alimentar as situações desfavoráveis, seja porque não estimula mudanças de atitude nos trabalhadores seja porque cria campo favorável a investimentos que tendem a reproduzir a situação existente.

Muitos outros aspectos poderiam ser referidos mas estes aspectos parecem serem os principais para entender a situação presente.

POLÍTICAS EDUCATIVAS

Educar, educar, educar. Com políticas educativas correctas, duradoiras, de longo prazo, capazes de

mobilizar em uníssono professores, alunos e famílias. Fugindo de lógicas economicistas e de favorecimento. Um ensino de qualidade do pré-primário ao universitário, olhando para o mundo e pensando em Portugal.

Emprego e remuneração por competência.

Funcionamento exemplar das instituições fundamentais para o quotidiano das populações, com particular destaque para o sistema de saúde.

Melhoria radical dos salários médios e redução das desigualdades na redistribuição do rendimento.

Valorização das iniciativas locais de emprego, do investimento inovador, dos sectores do capital internacional importantes para o aumento da coesão da economia portuguesa, das práticas de responsabilidade social das empresas, do combate cultural e judicial da economia subterrânea. Aproveitamento das nossas possibilidades de promoção do investimento no estrangeiro.

A REFORMA FISCAL

Três aspectos:

(a) A fiscalidade tem de ser pensada de uma forma interdisciplinar pois são diversos os seus impactos: das condições de vida à competitividade, do simbolismo da relação com o Estado à competitividade, da corrupção à dinâmica cultural, etc. Por outras palavras a competitividade das empresas é apenas um dos aspectos a ter em conta.

(b) A fiscalidade e a reforma fiscal têm de ter como vectores fundamentais a redistribuição do rendimento, o funcionamento sustentado das instituições essenciais às condições de vida social, a justiça social. Por outras palavras, a competitividade não o vector fundamental de referência.

(c) A melhor forma de garantir a competitividade das empresas através da reforma fiscal é garantir-lhes taxas mínimas, liberdade para fazerem todas as chantagens e ameaças quando se fala em aumento de impostos ou não resposta às suas exigências, é fazer com que a “economia observada” possa competir com a “economia não-observada” onde os impostos são quase nulos. Tal seria contra todos os princípios éticos e sociais.

Dirá: tudo bem, mas a competitividade é fundamental e há que não penalizar excessivamente as

empresas, as boas empresas. É o pragmatismo a falar. Então penalize-se muito fortemente as empresas apanhadas em infracções, em atentados ecológicos, em despedimentos sem justa causa. Sobretudo, reduzam-se os impostos nas empresas onde a “responsabilidade social da empresas” é uma prática quotidiana, reduzam-se as taxas das empresas que dêem aumentos salariais além dum determinado limite, beneficiem-se as empresas que contribuem para o desenvolvimento social local.

[Muito mais se poderia dizer!]

DÉFICE ORÇAMENTAL

[Já deu para perceber que este aspecto é, para mim secundário.]

Uma política de desenvolvimento económico, uma tributação redistributiva e que defenda maior justiça social, a redução da economia subterrânea, incluindo a corrupção, um aumento substancial dos salários dos trabalhadores por conta de outrem aumentará significativamente as receitas.

Uma gestão da administração pública por projectos e com aumento da motivação dos funcionários, melhores chefias aumenta a eficácia por euro gasto na função pública.

Acabar com os privilégios dos políticos, impedir a rotatividade de lugares entre amigos no Estado e nas empresas que o Estado influencia, promover um amplo debate em torno da produtividade da administração e aplicar as linhas de força dominantes desse debate ajudaria a melhorar a situação.

E o Estado deverá também saber (o verbo é mal aplicado porque eles já sabem e gostam assim, é para isso que lá estão) que algumas medidas conjunturais de combate ao déficit orçamental agravam esse déficit no futuro e reduzem as possibilidades de combatê-lo futuramente. Está no rol destas questões as privatizações, a alienação dos bens públicos, a redução a importância económica do Estado na economia.

O FUTURO PRÓXIMO

[Estando a escrever no 25 de Abril, a primeira afirmação é para sublinhar a importância que a Revolução do 25 de Abril teve para Portugal e os portugueses. Importância decisiva. Liberdade, descolonização, dignificação humana e esperança

são vectores fundamentais. As condições de vida das populações hoje são muito melhores do que eram. Antes do 25 de Abril 74 os portugueses sobreviviam, com fatalismo, sem esperança, visando terem “sete palmos de terra e um caixão”. Depois passaram a ter esperança, uma esperança que é alavanca de lutas, de organização, de intervenção, de participação, de mudança.

Depois a adesão à UE – sobre a qual muito haveria a dizer de bom e de mau, mas também de mentira e ilusões – devolveu a dignidade aos milhões de portugueses emigrantes e colocou novas responsabilidades nacionais e internacionais ao País e aos portugueses. Os fundos comunitários permitiram alguns grandes investimentos (embora também permitissem más aplicações e aumento brutal da economia subterrânea).

No que se refere à economia o 25 de Abril falhou na sua “política antimonopolista” e na sua política de desenvolvimento. A adesão à CEE, ou o pretexto da adesão, e a globalização ajudaram a esse falhanço.

A liberdade e a esperança continuam ainda hoje a serem conquistas vivas. Contudo a liberdade formal frequentemente não tem correspondência na liberdade material. E a esperança tem sido militantemente morta por políticas económicas sucessivas profundamente atentatórias da dignidade dos portugueses.

Com uma economia débil, com muito reduzida capacidade impositiva no plano internacional, com o aumento da economia subterrânea, com agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento e com o domínio da economia pelos grupos monopolistas o panorama é sombrio. Com um nível de insucesso escolar e abandono escolar tão elevados, com os baixos níveis de escolaridade existentes e com as medidas recentes de destruição do pouco de bom que ainda existia o panorama é sombrio. Com um leque de políticos que muito maioritariamente apoiam a lógica espontânea da globalização e com algumas franjas alternativas mas sem claras alternativas o panorama é sombrio.]

Se os anos que se aproximam liquidarem a pouca esperança que ainda existe a situação ainda é mais sombria.

Certamente que continuaremos a viver, que alguns portugueses continuarão a viver muito bem.

Certamente que o PIB continuará a aumentar e o valor acrescentado para alguns poderá ser num dia mais elevado que o salário de muitos portugueses durante uma vida. Certamente que estaremos mais longe da média europeia, algures localizados numa sociedade mundial atravessada por ódios, guerras e terrorismo. E continuaremos a ter Euros 2004 e outras manifestações folclóricas.

E não seria nada disto que eu queria!